

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	22
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	24
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	25
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	26
----------------------------------	----

Relatório da Administração	28
----------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	61
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	67
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.942
Preferenciais	0
Total	11.942
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	30.191	51.589	63.419
1.01	Ativo Circulante	6.366	22.872	22.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59	62	100
1.01.01.01	Caixa e Bancos	59	62	100
1.01.03	Contas a Receber	69	550	1.442
1.01.03.01	Clientes	36	550	1.442
1.01.03.01.01	Clientes	36	550	1.442
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	33	0	0
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	33	0	0
1.01.04	Estoques	5.422	9.214	14.503
1.01.04.01	Estoques	5.422	9.214	14.503
1.01.06	Tributos a Recuperar	183	198	198
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	183	198	198
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	183	198	198
1.01.07	Despesas Antecipadas	92	533	581
1.01.07.01	Despesas Exercício Seguinte	92	533	581
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	541	12.315	5.879
1.01.08.03	Outros	541	12.315	5.879
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	0	10	17
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	401	10.032	2.022
1.01.08.03.03	Alienação de Bens do Imobilizado	140	2.273	3.840
1.02	Ativo Não Circulante	23.825	28.717	40.716
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.171	5.289	10.454
1.02.01.03	Contas a Receber	64	58	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	64	58	5
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	10	1.336	1.658
1.02.01.07.01	Despesas do Exercício Seguinte	10	1.336	1.658
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.097	3.895	8.791
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	1.974	1.722	3.675

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	323	373	429
1.02.01.09.06	Alienação de Bens do Imobilizado	1.800	1.800	4.687
1.02.02	Investimentos	17.593	17.584	22.952
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1	5.411
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	1	5.411
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.592	17.583	17.541
1.02.02.02.01	Propriedade para Investimento	17.592	17.583	17.541
1.02.03	Imobilizado	2.020	5.799	7.261
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.020	5.799	7.261
1.02.03.01.01	Imobilizado	2.020	5.799	7.261
1.02.04	Intangível	41	45	49
1.02.04.01	Intangíveis	41	45	49
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	41	45	49

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	30.191	51.589	63.419
2.01	Passivo Circulante	48.906	49.966	67.031
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.475	1.830	3.071
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.475	1.830	3.071
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais Parcelamento	2.835	1.830	3.071
2.01.01.02.02	Obrigações Trabalhistas	1.640	0	0
2.01.02	Fornecedores	6.060	15.128	7.532
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.060	15.128	7.532
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	6.060	15.128	7.532
2.01.03	Obrigações Fiscais	786	549	1.204
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	514	549	1.204
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	549	1.204
2.01.03.01.03	Contribuição Social Rural	7	0	0
2.01.03.01.04	Cofins de Terceiros	1	0	0
2.01.03.01.05	Pis de Terceiros	1	0	0
2.01.03.01.06	IRRF	56	0	0
2.01.03.01.07	CSLL de Terceiros	1	0	0
2.01.03.01.08	Cofins a Pagar	385	0	0
2.01.03.01.09	Pis a Pagar	63	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	47	0	0
2.01.03.02.01	Impostos Estaduais	2	0	0
2.01.03.02.02	Outros	45	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	225	0	0
2.01.03.03.01	Impostos Municipais	1	0	0
2.01.03.03.20	Obrigações Tributárias Parcelamento	224	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.729	4.754	22.047
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.729	4.754	22.047
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.729	4.754	22.047
2.01.05	Outras Obrigações	32.856	27.705	33.177

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	30.704	23.565	29.390
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	30.704	23.565	29.390
2.01.05.02	Outros	2.152	4.140	3.787
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2	57	282
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.150	4.083	3.505
2.02	Passivo Não Circulante	43.018	43.304	29.179
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.841	15.920	238
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.841	15.920	238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	17.841	15.920	238
2.02.02	Outras Obrigações	10.186	11.597	13.261
2.02.02.02	Outros	10.186	11.597	13.261
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	8.474	11.597	13.261
2.02.02.02.04	Parcelamento de Salários e encargos sociais	895	0	0
2.02.02.02.05	Parcelamento de Impostos e Encargos	817	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.484	3.489	3.523
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.484	3.489	3.523
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos sobre Reavaliação	3.484	3.489	3.523
2.02.04	Provisões	11.507	12.298	12.157
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.507	12.298	12.157
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	1.189	986	1.253
2.02.04.01.07	Provisão Preço Mínimo Ações	3.152	3.152	3.152
2.02.04.01.08	Outros Débitos	4.000	8.115	7.752
2.02.04.01.09	Provisão para perdas em investimentos	3.166	45	0
2.03	Patrimônio Líquido	-61.733	-41.681	-32.791
2.03.01	Capital Social Realizado	142.652	142.652	133.173
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.652	142.652	133.173
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.513	6.507	6.546
2.03.03.01	Ativos Próprios	6.513	6.507	6.546
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35	35

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.04.01	Reserva Legal	35	35	35
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-210.933	-190.875	-172.545

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.725	35.866	32.309
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.399	-37.926	-34.711
3.03	Resultado Bruto	-674	-2.060	-2.402
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.001	-13.827	-22.340
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.703	-1.420	-1.239
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.658	-4.289	-5.864
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-8.293	6	-3.823
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-227	-2.669	-1.386
3.04.05.01	Despesa com Provisão Preço Mínimo Ações	0	0	-1.386
3.04.05.02	Outras Despesas	-227	-2.669	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.120	-5.455	-10.028
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.675	-15.887	-24.742
3.06	Resultado Financeiro	-382	-2.514	-4.932
3.06.01	Receitas Financeiras	6.042	4.067	3.908
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.424	-6.581	-8.840
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.057	-18.401	-29.674
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6	33	71
3.08.02	Diferido	0	0	71
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.051	-18.368	-29.603
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.051	-18.368	-29.603
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,67910	1,53000	3,25000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	-1,53000	-3,25000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.051	-18.368	-29.603
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.051	-18.368	-29.603

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.412	-5.827	-9.348
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.969	-11.146	-18.250
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-20.051	-18.368	-29.603
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	549	802	1.323
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanente	3.413	965	2
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	3.120	5.455	10.028
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.381	5.319	8.902
6.01.02.01	Redução em Clientes	514	963	787
6.01.02.02	Aumento nos Estoques	3.792	5.289	-959
6.01.02.03	Aumento nos Adiantamentos a Fornecedores	9.631	-8.010	-1.836
6.01.02.04	Redução Tributos a Recuperar	-237	1.953	928
6.01.02.05	Redução Dir. Realizáveis	2.104	4.408	8.288
6.01.02.06	Redução Despesas Antecipadas	1.767	370	3.030
6.01.02.07	Aumento em Fornecedores	-9.068	7.596	4.607
6.01.02.08	Redução Outras Ctas Pagar e Provisões	5.833	-7.272	-7.088
6.01.02.09	Reversão em Provisão para Preço Mínimo Ações	0	0	1.386
6.01.02.11	Aumento em Depósitos Judiciais	50	56	-170
6.01.02.12	Aumento em Tributos Diferidos	-5	-34	-71
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-189	-347	-260
6.02.01	Aplicações no Imobilizado	-180	-305	-260
6.02.02	Aplicações em Investimentos	-9	-42	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.226	6.136	9.623
6.03.01	Aumento Empr. Financiamentos	-1.226	-3.342	3.624
6.03.03	Aumento de Capital	0	9.478	5.999
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3	-38	15
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62	100	85
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59	62	100

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	39	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.08	Realização de reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6	0	-20.057	0	-20.051
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-1	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	6	0	-6	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20.050	0	-20.050
5.07	Saldos Finais	142.652	6.513	35	-210.932	0	-61.732

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	0	0	0	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	39	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	0	39	0	0
5.07	Saldos Finais	142.651	6.507	35	-190.874	0	-41.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.999	0	0	0	0	5.999
5.04.01	Aumentos de Capital	5.999	0	0	0	0	5.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.603	0	-29.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.603	0	-29.603
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-108	0	108	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-108	0	108	0	0
5.07	Saldos Finais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	25.474	37.216	32.889
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	33.767	37.210	35.059
7.01.02	Outras Receitas	-8.293	6	-2.170
7.01.02.01	Receitas não Operacionais	-8.293	6	-2.170
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.989	-26.159	-18.365
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.606	-22.158	-12.066
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.276	-3.744	-5.347
7.02.04	Outros	-107	-257	-952
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.485	11.057	14.524
7.04	Retenções	-549	-805	-1.323
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-549	-805	-1.323
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.936	10.252	13.201
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.922	-2.771	-10.763
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.120	-6.838	-10.888
7.06.02	Receitas Financeiras	6.042	4.067	125
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.858	7.481	2.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.858	7.481	2.438
7.08.01	Pessoal	17.172	17.834	22.907
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.711	13.417	16.156
7.08.01.02	Benefícios	1.619	1.942	3.870
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.301	1.959	1.717
7.08.01.04	Outros	541	516	1.164
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.406	1.576	1.255
7.08.02.01	Federais	1.150	1.417	1.039
7.08.02.02	Estaduais	21	45	98
7.08.02.03	Municipais	235	114	118
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.331	6.439	7.982
7.08.03.01	Juros	7.331	6.439	7.982
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.051	-18.368	-31.092

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.051	0	0
7.08.05	Outros	0	0	1.386
7.08.05.01	Garantia de preço Mínimo sobre Ações	0	0	1.386

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	64.655	92.735	110.110
1.01	Ativo Circulante	8.895	24.699	34.280
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67	65	314
1.01.01.01	Caixa e Bancos	67	65	314
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	300	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	300	0
1.01.02.01.03	Aplicações de Liquidez Imediata	0	300	0
1.01.03	Contas a Receber	1.624	720	1.441
1.01.03.01	Clientes	1.624	720	1.441
1.01.04	Estoques	5.445	9.876	15.085
1.01.04.01	Estoques	5.445	9.876	15.085
1.01.06	Tributos a Recuperar	509	376	1.326
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	509	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	321	988	1.380
1.01.07.01	Despesa do Exercício Seguinte	321	988	1.380
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	929	12.374	14.734
1.01.08.03	Outros	929	12.374	14.734
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	32	10	22
1.01.08.03.02	Adiantamento a Fornecedores	487	10.091	3.828
1.01.08.03.03	Alienação de Bens do Imobilizado	410	2.273	10.884
1.02	Ativo Não Circulante	55.760	68.036	75.830
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.316	12.964	16.541
1.02.01.03	Contas a Receber	275	807	39
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	275	807	39
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	801	4.077	4.819
1.02.01.07.01	Despesas do Exercício Seguinte	801	4.077	4.819
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.240	8.080	11.683
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	3.254	3.077	3.675
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.286	1.303	1.421

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.09.06	Alienação de Bens do Imobilizado	3.700	3.700	6.587
1.02.02	Investimentos	17.592	17.583	17.541
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.592	17.583	17.541
1.02.03	Imobilizado	28.599	37.226	41.497
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	28.599	37.226	41.497
1.02.04	Intangível	253	263	251
1.02.04.01	Intangíveis	253	263	251

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	64.655	92.735	110.110
2.01	Passivo Circulante	63.904	22.414	78.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.536	1.855	3.134
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.536	0	0
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais-Parcelamento	2.854	0	0
2.01.01.02.02	Obrigações Trabalhistas	1.682	0	0
2.01.02	Fornecedores	4.973	5.538	8.794
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.973	5.538	8.794
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.454	1.909	2.283
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.177	1.909	2.283
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	1.909	2.283
2.01.03.01.03	Contribuição Social Rural	936	0	0
2.01.03.01.04	Cofins de Terceiros	1	0	0
2.01.03.01.05	Pis de Terceiros	1	0	0
2.01.03.01.06	CSLL de Terceiros	1	0	0
2.01.03.01.07	IRRF	58	0	0
2.01.03.01.08	Pis a Pagar	165	0	0
2.01.03.01.09	Cofins a Pagar	1.015	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8	0	0
2.01.03.02.01	Impostos Estaduais	2	0	0
2.01.03.02.02	Outros	6	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	269	0	0
2.01.03.03.01	Impostos Municipais	41	0	0
2.01.03.03.20	Obrigações Tributárias - Parcelamento	228	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.446	6.068	53.069
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.446	6.068	53.069
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.446	6.068	53.069
2.01.05	Outras Obrigações	5.495	7.044	11.271
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.348	2.473	6.937

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.348	2.473	6.937
2.01.05.02	Outros	3.147	4.571	4.334
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	153	140	324
2.01.05.02.05	Outros Débitos	2.994	4.431	4.010
2.02	Passivo Não Circulante	62.484	112.002	64.350
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.841	52.701	238
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.841	52.701	238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	17.841	52.701	238
2.02.02	Outras Obrigações	22.824	30.383	34.621
2.02.02.02	Outros	22.824	30.383	34.621
2.02.02.02.03	Financiamentos Securitizados	21.112	30.383	34.621
2.02.02.02.04	Parcelamento de Salários e encargos sociais	895	0	0
2.02.02.02.05	Parcelamento de Impostos e encargos	817	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	8.450	9.060	9.569
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	9.060	9.569
2.02.03.01.01	Tributos Diferidos Sobre Reavaliação	0	9.060	9.569
2.02.04	Provisões	13.369	19.858	19.922
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.152	3.152	3.152
2.02.04.01.05	Provisões Preço mínimo das ações	3.152	3.152	3.152
2.02.04.02	Outras Provisões	10.217	16.706	16.770
2.02.04.02.04	Obrigações em Contingência	1.343	1.189	1.353
2.02.04.02.08	Outros Debitos	8.874	15.517	15.417
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-61.733	-41.681	-32.791
2.03.01	Capital Social Realizado	142.652	142.652	133.173
2.03.01.01	Capital Social Realizado	142.652	142.652	133.173
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.513	6.507	6.546
2.03.03.01	Ativos Próprios	6.513	6.507	6.546
2.03.04	Reservas de Lucros	35	35	35
2.03.04.01	Reserva Legal	35	35	35

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-210.933	-190.875	-172.545

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	44.730	45.510	37.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-49.154	-48.701	-44.791
3.03	Resultado Bruto	-4.424	-3.191	-7.439
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.257	-9.495	-13.912
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.753	-1.600	-1.304
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.368	-5.741	-7.048
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-8.909	515	-4.174
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-227	-2.669	-1.386
3.04.05.01	Despesa com Provisão Preço Mínimo Ações	0	0	-1.386
3.04.05.02	Outras Despesas	-227	-2.669	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-21.681	-12.686	-21.351
3.06	Resultado Financeiro	1.020	-6.191	-8.781
3.06.01	Receitas Financeiras	12.989	10.350	9.983
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.969	-16.541	-18.764
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.661	-18.877	-30.132
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	610	509	529
3.08.02	Diferido	610	509	529
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.051	-18.368	-29.603
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-20.051	-18.368	-29.603
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-20.051	-18.368	-29.603
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,67910	1,53000	3,25000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	-1,53000	-3,25000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-20.051	-18.368	-29.603
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-20.051	-18.368	-29.603
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-20.051	-18.368	-29.603

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.761	-8.992	-10.066
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.118	-12.661	-24.167
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-20.051	-18.368	-29.030
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	3.548	4.006	4.754
6.01.01.03	Baixa de Bens do Ativo Permanete	5.385	1.701	109
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.879	3.669	14.101
6.01.02.01	Aumento em Clientes	-904	890	829
6.01.02.02	Redução nos Estoques	4.431	5.209	-657
6.01.02.03	Aumento nos Adiantamentos a Fornecedores	9.604	-6.263	-3.416
6.01.02.04	Aumento Tributos à Recuperar	-310	1.548	441
6.01.02.05	Aumento Dir. Realizáveis	2.373	10.742	11.009
6.01.02.06	Redução Despesas Antecipadas	3.943	1.134	-5.218
6.01.02.07	Aumento Tributos Diferidos	-610	-509	-529
6.01.02.08	Redução em Fornecedores	-565	-3.256	2.562
6.01.02.09	Reversão em Provisão Preço Mínimo Ações	0	0	1.386
6.01.02.10	Aumento em Outras Contas a Pagar e Provisões	-3.100	-5.944	7.864
6.01.02.11	Redução em Depósitos Judiciais	17	118	-170
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-306	-1.094	-501
6.02.01	Aplicações no Imobilizado	-297	-1.436	-501
6.02.02	Aplicações em Investimentos	-9	342	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.753	10.137	10.755
6.03.01	(Aumento/Redução) Empr. Financiamentos	-3.753	659	4.756
6.03.02	Aumento Capital Social	0	9.478	5.999
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-298	51	188
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	365	314	126
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67	365	314

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.174	6.546	35	-172.546	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	-39	0	39	0	9.478	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.04.08	Realização de reserva de reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	6	0	-20.057	0	-20.051	0	-20.051
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	-1	0	-1	0	-1
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	6	0	-6	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-20.050	0	-20.050	0	-20.050
5.07	Saldos Finais	142.652	6.513	35	-210.932	0	-61.732	0	-61.732

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.04.01	Aumentos de Capital	9.478	0	0	0	0	9.478	0	9.478
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-18.368	0	-18.368	0	-18.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-39	0	39	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	142.651	6.507	35	-190.874	0	-41.681	0	-41.681

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187	0	-9.187
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	127.174	6.654	35	-143.050	0	-9.187	0	-9.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.999	0	0	0	0	5.999	0	5.999
5.04.01	Aumentos de Capital	5.999	0	0	0	0	5.999	0	5.999
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-29.603	0	-29.603	0	-29.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.603	0	-29.603	0	-29.603
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-108	0	108	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-108	0	108	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	133.173	6.546	35	-172.545	0	-32.791	0	-32.791

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	36.874	47.865	38.045
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	45.783	47.350	40.254
7.01.02	Outras Receitas	-8.909	515	-2.209
7.01.02.01	Receitas não Operacionais	0	515	-2.209
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.056	-35.165	-26.756
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-30.435	-30.377	-20.005
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.503	-4.046	-5.744
7.02.04	Outros	-118	-742	-1.007
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.818	12.700	11.289
7.04	Retenções	-3.548	-4.006	-4.754
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.548	-4.006	-4.754
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.730	8.694	6.535
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.989	10.350	340
7.06.02	Receitas Financeiras	12.989	10.350	340
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.259	19.044	6.875
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.259	19.044	6.875
7.08.01	Pessoal	17.344	18.188	23.247
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.810	13.573	16.476
7.08.01.02	Benefícios	1.621	1.946	3.877
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.317	2.054	1.760
7.08.01.04	Outros	596	615	1.134
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.067	1.536	883
7.08.02.01	Federais	716	1.360	601
7.08.02.02	Estaduais	22	56	145
7.08.02.03	Municipais	329	120	137
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.899	17.688	13.837
7.08.03.01	Juros	12.899	17.688	12.451
7.08.03.03	Outras	0	0	1.386
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.051	-18.368	-31.092

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.051	-18.368	-31.092

Relatório da Administração

POMI FRUTAS S.A. (Em recuperação Judicial)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017

Senhores Acionistas,

Enviamos para o seu conhecimento as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Abaixo seguem comentários sobre itens que consideramos relevantes no desempenho da Companhia.

Mensagem da Diretoria

O ano de 2017 foi marcado por uma grande safra em volume de frutas, principalmente na variedade Fuji gerando um excedente de volume tão importante ao ponto de ter havido venda de frutas in natura (não embaladas) direta de produtores aos distribuidores o que acabou provocando excesso de oferta de fruta para comercialização no primeiro semestre do ano. Como consequência, os preços praticados sofreram grande pressão de baixa e diferentemente do verificado historicamente, não ocorreram as habituais recuperações dos preços durante o segundo semestre.

Para a Companhia, o grande volume da safra levou ao aumento proporcional nos custos de produção o que aliado aos baixos preços praticados acabou prejudicando em muito as margens e o resultado da operação.

Tendo seu fluxo de caixa suprimido pelas margens ruins, no início do segundo semestre de 2017, a Companhia viu-se diante da difícil situação de não possuir capacidade financeira de dar continuidade na produção para a safra seguinte em todas as suas áreas, sendo forçada a promover a devolução de grande parte de pomares antes do término do período de arrendo.

Fez-se então necessário a adequação do quadro de funcionários ao novo tamanho da área de produção com o desligamento de grande número de colaboradores, em todas as áreas da Companhia, do campo até a área administrativa.

A receita líquida ao longo do ano de 2017 foi de R\$ 44,7 milhões, uma redução nominal de 1,7%, em comparação com o ano de 2016 (R\$ 45,5 milhões). O preço médio praticado em 2017 foi de R\$ 1,86 por kg para a fruta (sem considerar a maçã industrial) quando em 2016 o preço médio praticado foi de R\$ 2,70 por kg, portanto uma redução superior a 31 % nos preços em relação ao ano anterior.

Já o volume total comercializado neste período foi de 36,8 mil toneladas (contra 22,7 mil toneladas em 2016), o que representa variação percentual positiva de 62,1%. A variação negativa de preços ao longo do ano, por conta do excesso de oferta de fruta da safra, combinada com o aumento nominal dos custos acabou provocando geração de resultado operacional negativo da Companhia no ano.

Excluindo o impacto das despesas não recorrentes, a Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) apresentou resultado operacional (EBITDA) negativo de R\$ 9,0 milhões em 2017 (EBTIDA negativo de R\$ 6,6 milhões de 2016), uma piora de 36,4 % sobre equivalente anterior.

O Prejuízo Líquido em 2017 foi de R\$ 20 milhões, frente a R\$ 18,4 milhões de Prejuízo Líquido em 2016 observando-se um aumento de 8,7 %.

Relatório da Administração

POMI FRUTAS S.A. (Em recuperação Judicial)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017 (Continuação)

Infelizmente a consequência de todos os pontos acima citados levaram a Companhia a uma situação de forte constrangimento financeiro, impossibilitando a continuidade de produção sobre diversas áreas de pomares, sendo praticamente forçada a devolver aproximadamente 300 hectares de pomares arrendados, com consequente dispensa de vários colaboradores.

Adicionalmente a tais medidas, a Administração aprovou uma chamada de recursos, via aumento de capital social, conforme aprovado em RCA de 29 de novembro de 2017, mediante a emissão de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, no valor máximo de R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais) mediante emissão, para subscrição privada, de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Aumento de Capital"). Encerrado o período de preferência, o exercício por parte dos acionistas foi irrelevante.

O acúmulo de obrigações pendentes diante de uma expectativa de produção, muito inferior em vista da redução da área de pomares, levaram à necessidade de recorrer à proteção da lei com o objetivo de preservação da atividade e, no dia 25 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com Pedido de Recuperação Judicial, que teve seu deferimento na mesma data.

A direção em conjunto com seus colaboradores tem agora a missão de elaborar o Plano de Recuperação Judicial que será, nos prazos determinados pela lei, apresentado à assembleia de credores para apreciação e votação.

Recursos Humanos

A Companhia promoveu, ao longo deste ano, redução do quadro de pessoal, vinculado direta e proporcionalmente às atividades do período de safra ou entressafra em conformidade à nova estratégia de negócios

Investimentos

Os investimentos no exercício de 2017 se destinaram a manutenção do parque industrial.

Pesquisa e desenvolvimento

Não foram feitos investimentos relevantes no exercício de 2017.

Proteção ao meio-ambiente

Relatório da Administração

A Companhia desenvolve suas operações atendendo as exigências ambientais e legais tendo renovado sua certificação Global Gap, fundamental para credenciar a empresa como exportadora ao mercado europeu.

Safra 2017/2018

Em relação à safra 2017 e 2018, por conta do excesso de produção havido na safra anterior, verifica-se volume de produção bem abaixo, motivado basicamente por frutas de calibres bem inferiores. Com isto, os números da safra apontam para rendimentos abaixo dos padrões, nem tanto em relação à qualidade, mas muito mais quanto à quantidade e calibre médio das frutas.

POMI FRUTAS S.A. (Em recuperação Judicial)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2017 (Continuação)

A comercialização da safra 2017 e 2018 teve início no mês de fevereiro de 2018.

A forte descapitalização da grande maioria do setor já se fez refletir no início da comercialização, com oferta de preços baixos, por conta da necessidade em se recompor fluxo de caixa para fazer frente aos compromissos de uma maneira geral.

A Companhia espera comercializar ao longo do ano de 2018, aproximadamente 4 mil toneladas, das quais cerca de 15% deverão ser destinados ao mercado externo.

Gostaríamos de manifestar o reconhecimento a nossos funcionários por sua dedicação e comprometimento bem como a nossos fornecedores, fomentados e agentes financeiros pelo apoio com que temos sido distinguidos.

Atualmente, os órgãos de administração da Companhia têm a seguinte composição:

Diretoria

Marcos Kassardjian – Diretor

Luís Antônio López Quintans – Diretor de Relações com Investidores

Conselho de Administração

Marcos Kassardjian (Presidente)

Doris Beatriz França Wilhelm

Gelmir Antonio Bahr

Rogério Pereira de Oliveira

Notas Explicativas

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

2. CONTROLADA

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as informações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”).

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 08 de março de 2018.

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

Notas Explicativas

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As informações financeiras intermediárias da controlada são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e os valores líquidos somente são apresentados no balanço patrimonial quando as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (excetadas aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações do circulante.

b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

4.4. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.7. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.8. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.10. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato da Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.13. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4.14. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS NÃO VIGENTES.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicadas pela primeira vez em 2017

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e CPC, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo representadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigência

- *Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)*

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- *IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)*

Notas Explicativas

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

- *IFRS 15 / CPC 47 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)*

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia atua no cultivo e comercialização de maçãs, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros, configurando-se como uma única obrigação de desempenho. A Companhia entende que a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto em sua receita e resultado, uma vez que espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

- *IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)*

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil), emitida em janeiro de 2016 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia avaliou de forma preliminar e entende que a norma pode gerar impactos em suas demonstrações financeiras. A avaliação quantitativa do efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras será realizada durante o ano de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido (passivo a descoberto) divulgado pela Companhia.

4.15. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

Notas Explicativas

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Cirulante				
Caixa	-	6	-	6
Banco conta movimento	59	56	67	59
	<u>59</u>	<u>62</u>	<u>67</u>	<u>65</u>
Não Cirulante				
Aplicações financeiras	-	-	-	300
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>300</u>

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Duplicatas a receber	482	1.034	2.259	1.384
Provisão para crédito de liquidação	(446)	(484)	(635)	(665)
	<u>36</u>	<u>550</u>	<u>1.624</u>	<u>720</u>

A partir do 2º trimestre de 2017, a Companhia passou a concentrar o faturamento de vendas na controlada Pomifrai Fruticultura S.A., ocasionando uma queda nos saldos a receber da controladora em relação ao exercício de 2016.

No consolidado, o aumento nas "Duplicatas a receber", em comparação ao exercício anterior se deve a uma situação atípica ocorrida nos recebíveis de 2016, onde seus saldos estavam muito abaixo dos níveis normais devido à baixa produção/venda do último trimestre daquele ano.

Notas Explicativas

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
A vencer	18	407	573	460
Vencidas				
Até 30 dias	17	23	466	60
31 a 60 dias	0	109	153	166
61 a 90 dias	1	11	1	33
91 a 180 dias	75	215	495	249
a mais de 180 dias	371	269	571	416
	<u>482</u>	<u>1.034</u>	<u>2.259</u>	<u>1.384</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/dez/16	31/12/2017	31/dez/16
Saldo inicial	(484)	(1.235)	(665)	(2.659)
Adições	(71)	(371)	(87)	(438)
Recuperações	109	1.122	117	2.432
	<u>(446)</u>	<u>(484)</u>	<u>(635)</u>	<u>(665)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Produtos em formação (safra da maçã)	4.375	7.092	4.375	7.092
Material consumo e reposição	1.047	1.625	1.070	2.181
Maçãs próprias	-	140	-	140
Outros	-	357	-	463
	<u>5.422</u>	<u>9.214</u>	<u>5.445</u>	<u>9.876</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa

Notas Explicativas

básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

A queda ocorrida nos saldos de estoques em relação a 31 de dezembro de 2017 é reflexo, substancialmente da devolução de alguns pomares arrendados, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 11 e nº 30).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Cofins	-	-	201	-
IRPJ	133	133	147	222
PIS	-	-	47	-
ICMS	-	1	-	1
CSLL	47	47	56	86
IRRF sobre aplicação financeira	-	14	41	51
Contribuição social sobre lucro	3	3	17	16
	<u>183</u>	<u>198</u>	<u>509</u>	<u>376</u>
Não Circulante				
Cofins	2.170	1.917	3.794	3.541
Pis	650	537	961	849
(-) Provisão de glosas	(846)	(732)	(1.501)	(1.313)
	<u>1.974</u>	<u>1.722</u>	<u>3.254</u>	<u>3.077</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Adiantamento a fornecedores	5.193	10.513	5.278	11.137
Adiantamento de férias	8	41	8	41
Adiantamento de viagens	-	3	-	3
Adiantamento a funcionários	30	45	31	45
Provisão para perdas	(4.830)	(570)	(4.830)	(1.135)
	<u>401</u>	<u>10.032</u>	<u>487</u>	<u>10.091</u>

Notas Explicativas

A queda ocorrida na rubrica “Adiantamento a fornecedores” é reflexo, substancialmente, do término da preparação da safra 2017/2018, e dos correspondentes acertos realizados com os produtores fomentados, realizado com base nas frutas por eles entregues à Companhia. Como resultado desta operação, a Companhia reavaliou sua expectativa de perdas em relação aos adiantamentos realizados, e atualizou sua estimativa de perdas para esses recebíveis.

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Área de 1.234.200,00 m ²	-	-	270	-
Área de 2.304.100,00 m ²	140	88	140	88
Área de 4.183.669,38 m ²	-	2.185	-	2.185
	<u>140</u>	<u>2.273</u>	<u>410</u>	<u>2.273</u>
Não Circulante				
Área de 1.234.200,00 m ²	-	-	-	538
Área de 2.172.52,00 m ²	-	-	1.900	1.900
Área de 4.183.669,38 m ²	1.800	1.800	1.800	1.800
	<u>1.800</u>	<u>1.800</u>	<u>3.700</u>	<u>4.238</u>

Ao longo do exercício, a Companhia regularizou antigas pendências documentais relativas a diversas áreas, e como consequência celebrou acordos de recebimento para quitação dos débitos em aberto, reduzindo de forma significativa o saldo desta rubrica.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	523	167	942
Outros custos a apropriar	92	10	154	46
	<u>92</u>	<u>533</u>	<u>321</u>	<u>988</u>
Não Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	1.317	791	4.058
Outros custos a apropriar	10	19	10	19
	<u>10</u>	<u>1.336</u>	<u>801</u>	<u>4.077</u>

No terceiro trimestre de 2017, houve a rescisão de determinados contratos de arrendamentos de pomares. A medida teve por finalidade adequar o volume de capital de giro nas operações da Companhia aos novos patamares de produção. Desta forma, os saldos de despesas antecipadas relativos aos arrendamentos pagos antecipadamente foram baixados do ativo.

Notas Explicativas

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contribuição Social Rural	-	-	929	929
Depósitos Judiciais CVM	117	202	118	203
Depósitos Judiciais Badesco	132	139	165	139
Depósitos para demanda trabalhista	74	32	74	32
	<u>323</u>	<u>373</u>	<u>1.286</u>	<u>1.303</u>

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexistência de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecária nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$3.166 (R\$45 em 2016) registrado na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$3.120 (R\$5.455 dezembro 2016).

14. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Imóvel rua Nereu Ramos, nº 219	17.592	17.583	17.592	17.583
	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>	<u>17.592</u>	<u>17.583</u>

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.592. Pelo fato da Companhia não estar utilizando, neste momento, esse imóvel em suas atividades operacionais. Este imóvel foi dado em garantia (alienação fiduciária) na renegociação da dívida junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – (BRDE), entretanto, a sua baixa efetiva, e transferência de posse à Instituição Financeira, ocorrerão somente na quitação efetiva da operação.

15. IMOBILIZADOControladora

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
Imobilizado Próprio em Operação	4.763	177	(2.799)	(520)	1.621
Edificações	444	-	(426)	(11)	7
Benfeitorias	443	65	(90)	(61)	357
Culturas Permanentes	2.307	-	(2.080)	(227)	-
Máquinas e Equipamentos	1.357	23	(72)	(174)	1.134
Câmaras Frigoríficas	-	-	-	-	-
Veículos e Tratores	120	61	(100)	(25)	56
Móveis e Utensílios	92	28	(32)	(21)	67
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	-	25
Vestiário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25
Imobilizações em Andamento	-	3	(3)	-	-
Benfeitorias	-	3	(3)	-	-
Reavaliações	1.010	-	(611)	(25)	374
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1
	<u>5.799</u>	<u>180</u>	<u>(3.413)</u>	<u>(545)</u>	<u>2.020</u>

Consolidado

Notas Explicativas

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
Imobilizado Próprio em Operação	18.022	293	(4.548)	(1.957)	11.808
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	7.499	47	(640)	(366)	6.540
Benfeitorias	934	75	(92)	(115)	802
Culturas Permanentes	4.816	-	(3.825)	(600)	391
Maquinas e Equipamentos	4.359	82	225	(811)	3.854
Veículos e Tratores	205	61	(157)	(36)	72
Camaras Frigorificas	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	145	28	(59)	(29)	85
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	26	-	-	(1)	25
Vestiário/Banheiros Vacaria	26	-	-	(1)	25
Imobilizações em andamento	129	4	(19)	-	114
Benfeitorias	15	4	(19)	-	-
Florestas em formação	114	-	-	-	114
Reavaliações	1.010	-	(611)	(25)	374
Terrenos	372	-	-	-	372
Edificações e Benfeitorias	544	-	(528)	(15)	1
Culturas Permanentes	94	-	(83)	(10)	1
Ajuste Patrimonial	18.039	-	(206)	(1.555)	16.278
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.813	-	(57)	(106)	1.650
Benfeitorias	3	-	-	-	3
Maquinas e Equipamentos	4.628	-	(13)	(774)	3.841
Câmaras Frigorificas	10.414	-	294	(565)	10.143
Veículos e Tratores	595	-	(423)	(107)	65
Móveis e Utensílios	18	-	(7)	(3)	8
	37.226	297	(5.384)	(3.538)	28.599

As baixas significativas ocorridas nas rubricas “Culturas permanentes”, e “Edificações”, estão ligadas à erradicação de pomares e devoluções de terras arrendadas, conforme mencionado nas notas explicativas nº7 e nº11.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	1.600	10.328	-	-
Fornecedores matriz	4.333	4.732	4.789	5.456
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	15	4	22
Provisão para juros sobre títulos em atraso	127	52	180	59
Outros Fornecedores	-	1	-	1
	6.060	15.128	4.973	5.538

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Nas rubricas de fornecedores, são registrados também os valores devidos aos “Produtores Fomentados”, onde a Companhia, em atendimento aos preceitos do pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e

Notas Explicativas

ativos contingentes, considera a obrigação a pagar resultante da diferença entre o preço médio apurado nas maçãs efetivamente vendidas de seus produtores fomentados *versus* os preços médios praticados no mercado.

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

17. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições Financeiras	Taxa anual contrato	Controladora		Consolidado	
		31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante					
BRDE - Renegociação	TR	-	-	38.918	40
Duplicatas Descontadas/ Sfra	Mercado	-	340	905	700
NBCBank	14,74%	-	97	-	97
Saldo Bancario Devedora	NT	72	65	72	65
Fidc Empirica SFRA	Mercado	2.038	1.575	2.038	1.575
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	31	29	31	29
B. Daycoval S/A	CDI	2.121	2.000	2.121	2.000
B. Daycoval S/A	CDI	32	3	32	3
		<u>4.294</u>	<u>4.109</u>	<u>44.117</u>	<u>4.509</u>
Não Circulante					
Bradesco - CDC Veiculos	22,42%	29	-	29	-
BRDE - Renegociação	TJLP + juros	17.812	15.920	17.812	52.701
		<u>17.841</u>	<u>15.920</u>	<u>17.841</u>	<u>52.701</u>

Em linhas gerais, o aumento verificado nos números consolidados de empréstimos e financiamentos está relacionado aos seguintes aspectos: descontos de duplicatas realizados pela Controladora junto ao Banco Sifra e utilização de crédito de conta garantida junto ao Banco Daycoval (também pela controladora).

A seguir, detalhamos outros aspectos relativos aos empréstimos e financiamentos da Companhia e de sua controlada:

Garantias

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

BRDE – Renegociação (empréstimos securitizados)

Notas Explicativas

No exercício de 2016 a Companhia concluiu a renegociação de suas dívidas (consolidadas) com o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), seu principal credor. Referida renegociação incluiu possibilidade de dação em pagamento de ativos não produtivos da Companhia, e a obtenção de substancial bônus em caso adimplemento.

O acordo envolve (i) no tocante à Controladora Pomi Frutas, o equacionamento da dívida de R\$20,1 milhões com o BRDE mediante alienação fiduciária de imóveis, prazo de 25 meses para pagamento e carência total até vencimento; (ii) no tocante à Controlada Pomifrai, a consolidação do saldo devedor em R\$36,7 milhões, com a sua divisão em dois sub-créditos: : (a) subcrédito "A", no valor de R\$ 23,35 milhões, com prazo de pagamento de 10 anos e 2 anos de carência, com bônus de adimplemento de R\$ 0,50 para cada R\$ 1,00 de antecipação de pagamentos de principal até dezembro de 2018, e, bônus de adimplemento de R\$ 0,40 para cada R\$ 1,00 de antecipação de pagamentos do principal até o final de 2019; e (b) sub-crédito "B", no valor de R\$ 13,3 milhões, com vencimento final em 10 anos, sendo que o integral e pontual pagamento do subcrédito "A" representará bônus de adimplemento em relação ao sub-crédito "B"; ambos os sub-créditos com a alienação fiduciária de imóveis.

No tocante à dívida da Pomi Frutas, a alteração da estrutura de garantia de hipoteca (atual) para alienação fiduciária elimina o risco de cobrança de eventual resíduo dessa parte da dívida em caso de inadimplemento. Como a alienação fiduciária abrangerá ativos não produtivos da Companhia, a renegociação é extremamente positiva pois, no limite, esperava a liquidação de R\$20,1 milhões de dívida mediante a dação de tais ativos não produtivos em pagamento ao BRDE. Já no tocante à subsidiária Pomifrai, caso a Companhia estivesse totalmente bem sucedida em antecipar os pagamentos de 100% do sub-crédito "A" até 31/12/2018, isso poderia representar uma redução de aproximadamente 42% da dívida total da subsidiária Pomifrai com o BRDE (somando-se todos os bônus de adimplemento do sub-crédito "A" e do "B").

A partir do último trimestre de 2017, a Companhia ficou inadimplente com o pagamento das parcelas deste empréstimo, o que resultou na reclassificação desta obrigação para o passivo circulante, visto que, conforme termos contratuais pactuados, o inadimplemento das parcelas tornaria a dívida automaticamente vencida.

Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

18. FINANCIAMENTOS PESA

Notas Explicativas**Controladora**

Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	5.218	4.621	597
BADESC 910380677	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	1.000	898	102
BADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+4,57%	2020	6.395	4.554	1.841
BANCO DO BRASIL -BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	7.822	4.617	3.205
BANCO BRASIL -BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM +3%	2022	63	-	63
BRDE 2.11633018 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	9.178	6.687	2.491
BRDE 2.11054018 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2021	5.199	4.634	565
BRDE 10771Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	95	72	23
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	94	72	22
TOTAL				35.064	26.155	8.909

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/17	31/dez/17	31/dez/17
BADESCO 80001	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	16.832	15.133	1.699
BADESC 93084100-0	Imóveis	IGPM+4,57%	2018	1.195	1.078	117
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM+4,57%	2022	9.577	5.543	4.034
BRDE 7691- PESA	Imóveis	IGPM +3%	2020	15.809	12.081	3.728
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	4.737	2.716	2.021
BRDE 10989/13615-01- PESA	Imóveis	IGPM +3%	2022	6.899	3.966	2.933
TOTAL				55.049	40.517	14.532
Total Consolidado				90.113	66.672	23.441

Os juros devidos relativos a este programa foram integralmente adimplidos pela Companhia durante o exercício de 2017.

19. SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Salários	200	664	204	667
Rescisões	329	1	329	1
FGTS	594	141	599	143
INSS	115	106	125	109
Provisões e encargos	402	918	425	935
	<u>1.640</u>	<u>1.830</u>	<u>1.682</u>	<u>1.855</u>

20. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS - PARCERLAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
INSS	-	1.589	-	1.633
FGTS	326	215	326	215
PERT	52	-	49	-
IRRF	-	-	(3)	(3)
Acordos de rescisões	2.457	-	2.482	-
	<u>2.835</u>	<u>1.804</u>	<u>2.854</u>	<u>1.845</u>
Não circulante				
INSS	-	2.828	-	2.843
FGTS	-	487	-	487
Acordos de rescisões	895	-	895	-
	<u>895</u>	<u>3.315</u>	<u>895</u>	<u>3.330</u>

Débitos migrados para programas de parcelamentos

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do “PRT”.

Nesta adesão, foi reconhecido, parcialmente, os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que referem-se, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

No último trimestre de 2017, após consolidação final dos débitos, a Companhia e sua controlada baixaram contabilmente a totalidade dos débitos previdenciários devidos, utilizando-se de prejuízos fiscais, contudo, até o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017, ainda aguardava a homologação de seus pleitos.

Acordos de rescisões

Notas Explicativas

A Companhia celebrou acordos trabalhistas para pagamentos das verbas rescisórias, o que aumentou significativamente seu passivo de obrigações trabalhistas. Os acordos celebrados possuem vencimentos diversos, sendo que alguns foram parcelados em 10 vezes e outros em até 18 vezes, motivando uma segregação dessas obrigações entre circulante e não circulante.

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Circulante				
ICMS	52	51	52	51
IRPJ/CSLL	60	-	64	103
ISS/PTU	112	40	112	40
	<u>224</u>	<u>91</u>	<u>228</u>	<u>194</u>
Não circulante				
ICMS	327	343	327	343
IRPJ/CSLL	213	-	213	788
ISS/PTU	277	-	277	-
	<u>817</u>	<u>343</u>	<u>817</u>	<u>1.131</u>

22. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	27.725	21.092	-	-
Débitos com acionistas	2.979	2.473	2.979	2.473
Mútuo com diretores	-	-	15	-
	<u>30.704</u>	<u>23.565</u>	<u>2.994</u>	<u>2.473</u>

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

Débitos com acionistas

Notas Explicativas

Ao longo do exercício de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2.979. Referido montante está sendo atualizado com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Deposito Interbancário).

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Circulante</u>				
Arrendamentos	694	823	870	1.017
Processos a Pagar	16	266	16	266
Litígio CAM	236	236	236	236
Outros	1.204	863	1.226	873
	<u>2.150</u>	<u>2.188</u>	<u>2.348</u>	<u>2.392</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Não Circulante</u>				
Valores a Pagar	4.000	4.000	7.540	7.540
Arrendamentos	-	457	1.334	3.516
	<u>4.000</u>	<u>4.457</u>	<u>8.874</u>	<u>11.056</u>

A rubrica “Arrendamentos” demonstra o efeito de redução obtido com a baixa dos arrendamentos, conforme explicado na nota explicativa nº11.

24. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Contingências trabalhistas	136	148	140	169
Contingências cíveis	400	184	550	365
Contingências tributárias	653	654	653	655
	<u>1.189</u>	<u>986</u>	<u>1.343</u>	<u>1.189</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2017, existe o montante de R\$6.300 mil em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

Adicionalmente, a Companhia é parte integrante em dois processos regidos em Câmara Arbitral, cujo detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº35.

24.1. Contingências trabalhistas

Notas Explicativas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

<u>Contingências Trabalhistas</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	148	169
Constituição	159	159
Reversões	(171)	(188)
Saldo em 31/12/17	<u>136</u>	<u>140</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 23 ações trabalhistas (21 ações com probabilidade de perda possíveis e 02 remotas), acrescida de 1 ação trabalhista na controlada (1 possível).

24.2. Contingências cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	184	365
Constituição	279	279
Reversões	(63)	(94)
Saldo em 31/12/17	<u>400</u>	<u>550</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a controladora é parte em 19 ações cíveis, sendo que (08 possíveis, 03 remotas, 02 provável), acrescida de 06 ações cíveis na controlada, (02 remota e 03 possíveis, 01 provável). Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora e da controlada nos montantes de R\$400 e R\$550, respectivamente.

24.3. Contingências tributárias

<u>Contingências Tributárias</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/16	654	655
Constituição	-	-
Reversões	(1)	(2)
Saldo em 31/12/17	<u>653</u>	<u>653</u>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

24.4. Provisão para garantia de preço mínimo de ações

Notas Explicativas

Conforme fato relevante publicado em 29 de outubro de 2015, a Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Controlada, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Controlada pela Pomi Frutas, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha à Companhia obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Controlada em virtude da operação de incorporação. Conservadoramente, e com base no posicionamento de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes dessa discussão.

25. PASSIVO A DESCOBERTO

25.1. Capital social (em R\$)

Em 06 de junho de 2016 foi ratificado o valor do Aumento de Capital, mediante a emissão de 2.848.723 de um total de 3.582.00 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, totalizando o valor de R\$ 9.543.222,05, passando o capital social da Companhia de R\$ 133.173.480,00, representado por 9.093.745 para R\$ 142.651.584,75, representado por 11.942.468 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Com isso, deixaram de ser emitidas as demais ações não subscritas dentro do limite máximo do Aumento de Capital, em um total de 733.277ações não subscritas.

25.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

25.3. Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil.

25.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro 2017 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no período.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

Notas Explicativas

27. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Venda de mercadorias	30.927	34.734	42.937	43.831
Venda de polpa	-	199	-	229
Venda de mercadorias - exportação	2.334	339	2.334	1.286
Venda de serviços	506	1.938	513	2.004
Receita bruta	33.767	37.210	45.783	47.350
Devoluções e abatimentos	(107)	(257)	(118)	(742)
Impostos	(935)	(1.087)	(935)	(1.098)
Deduções	(1.042)	(1.344)	(1.053)	(1.840)
RECEITA LÍQUIDA	32.725	35.866	44.730	45.510
Custo das mercadorias e serviços	(33.399)	(37.926)	(49.154)	(48.701)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(674)	(2.060)	(4.424)	(3.191)

Embora a Companhia tenha comercializado, ao longo de 2017, um número maior de frutas em comparação ao ano anterior, o preço médio da fruta vendida foi muito inferior ao preço médio praticado em 2016. Dessa forma, houve uma retração significativa das receitas da Companhia, porém os custos não tiveram uma redução proporcional, visto que houve um gasto mais elevado com o packing e demais despesas correlatas para armazenamento das frutas, uma vez que a quantidade produzida em 2017 foi substancialmente maior.

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Custos e gastos com pessoal	(2.794)	(2.727)	(2.967)	(3.070)
Consultorias, auditorias e assessorias	(597)	(356)	(598)	(363)
Despesas legais	(539)	(284)	(550)	(308)
Insumos e manutenção	(69)	(156)	(95)	(177)
Tributos federais, estaduais e municipais	(454)	(151)	(663)	(484)
Multas e Juros sobre tributos	(23)	(75)	(79)	(189)
Despesas com viagens	(262)	(219)	(262)	(219)
Serviço terceiros	(79)	(33)	(80)	(48)
Serviço terceiros advocatícios	(354)	(81)	(370)	(99)
Depreciação e amortização	(40)	(37)	(61)	(67)
Fretes e carretos	(88)	37	(88)	39
Mensalidades e anuidades	(171)	(115)	(293)	(351)
Avisos e publicações	(64)	(59)	(64)	(59)
Outros	(124)	(33)	(198)	(440)
	<u>(5.658)</u>	<u>(4.289)</u>	<u>(6.368)</u>	<u>(5.835)</u>

29. DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	30/set/16
Honorários advocatícios e processos CAM	(227)	(793)	(227)	(793)
Reapresentação ITR 2015	-	(112)	-	(112)
Ajuste quadro de pessoal	-	(790)	-	(790)
Processos a Pagar	-	(316)	-	(316)
Baixa Prescrição Saçdp ICMS	-	(394)	-	(394)
Outros	-	(264)	-	(264)
	<u>(227)</u>	<u>(2.669)</u>	<u>(227)</u>	<u>(2.669)</u>

Referem-se, a gastos com reestruturação, custas judiciais, custos com a readquirição do quadro de pessoal e outras despesas, todas de caráter extraordinários, ou seja, não recorrentes. Referidas despesas foram substancialmente ocorridas no exercício de 2015 e 2016.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
Reversao (constituição) de provisoes com glosas	(114)	658	(189)	486
Constituição de provisao para contingencias	(217)	410	(185)	253
Recuperação de despesas	308	338	404	344
Despesas tributarias (i)	(151)	-	(587)	-
Redução PRT (ii)	2.425	-	3.103	-
Erradicacao de Pomares (iii)	(2.531)	-	(2.531)	-
Provisao processos produtores 2017/2018 (iv)	(4.830)	-	(4.830)	-
Provisao Processos Nobre seguradores	(265)	-	(265)	-
Venda/Baixa de Imobilizado (iii)	(2.307)	(272)	(3.251)	1.317
Outras	(611)	(1.127)	(578)	(1.885)
	<u>(8.293)</u>	<u>6</u>	<u>(8.909)</u>	<u>515</u>

(i) A rubrica “Despesas tributárias” refere-se a provisão de PIS / COFINS sobre CTN’s e juros e multas sobre o parcelamento especial PRT.

(ii) A rubrica “Redução PRT” demonstra o efeito de redução obtida com a utilização de prejuízos fiscais de bases negativas, decorrentes da adesão a programas de parcelamentos.

(iii) Nas rubricas “Erradicação de Pomares” e “Venda / Baixa de Imobilizado”, foram registradas as baixas contábeis oriundas do encerramento antecipado de determinados contratos de arrendo, conforme comentado na nota explicativa nº11.

(iv) A rubrica “Provisão para processos com produtores” reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia esta tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maçãs da Safra 2016/2017, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/17	31/dez/16	31/dez/17	31/dez/16
<u>Resultado financeiro PESA</u>				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetária e juros CTN	3.731	3.911	10.340	9.972
	<u>3.731</u>	<u>3.911</u>	<u>10.340</u>	<u>9.972</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetárias e juros PESA	(1.449)	(2.086)	(4.348)	(5.572)
	<u>(1.449)</u>	<u>(2.086)</u>	<u>(4.348)</u>	<u>(5.572)</u>
<u>Outros resultados financeiros</u>				
<u>Receitas Financeiras</u>				
Redução Juros e Multas PRT/Refis Municipal (i)	1.350	-	1.681	-
Juros ativos	713	40	718	256
Outras receitas financeiras	248	115	249	122
	<u>2.311</u>	<u>155</u>	<u>2.649</u>	<u>378</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com custeio e financiamentos	(2.591)	(2.615)	(5.191)	(8.712)
Juros passivos	(940)	(1.040)	(1.097)	(948)
Despesas descontos duplicatas	(721)	(669)	(945)	(836)
Outras despesas financeiras	(722)	(170)	(388)	(379)
	<u>(4.974)</u>	<u>(4.494)</u>	<u>(7.620)</u>	<u>(10.875)</u>
Total Liquido	<u>(382)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>1.021</u>	<u>(6.097)</u>

(i) Redução dos Juros e Multas PRT/Refis Municipal - vide nota explicativa nº20

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

32.1 Risco cambial

Notas Explicativas

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

32.2 Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

32.3 Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 16 e 17. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

32.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por evento</u>	<u>controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Vigência</u>
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2017
Seguro Predial	Danos Materiais	-	47.300	26/05/2018
Seguro Agrícola	Agrícola	363.188	521.252	31/05/2018
Seguro Veículos	Danos Materiais	-	6.255	09/03/2018
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	19.450	19.450	29/09/2018

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

34. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Kassardjian – Presidente
Rogerio Pereira de Oliveira

Notas Explicativas

Doris Beatriz França Wilhelm
Gelmir Antonio Bahr

35. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADESÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM"), na data de 29/10/2015

A Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM"), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pedido de Recuperação Judicial

Notas Explicativas

Conforme fatos relevantes publicados em 24 e 25 de janeiro de 2018, a Companhia informa que a Pomi Frutas S.A. (Em recuperação judicial) e a sua subsidiária Pomifrai Fruticultura S.A., com o precípua objetivo de se reestabelecer econômico e financeiramente, viabilizar o fechamento do ciclo de custeio da safra 2017/2018 a ser colhida, bem como repactuar obrigações com seus credores, requereram conjuntamente a sua recuperação judicial no dia 25 de janeiro de 2018 (processo n. 0300188-72.2018.8.24.0024, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Marcos Kassardjian

Diretor

Luís Antônio Lopez Quintañs

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Fraiburgo - SC

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. A Companhia e a Controlada POMIFRAI FRUTICULTURA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), em suas operações normais, não vem gerando resultados suficientes para cobrir os custos de produção, as despesas comerciais administrativas e financeiras e as obrigações com terceiros, gerando prejuízos consecutivos desde o exercício de 2009. Conforme descrito na nota explicativa nº 36, Eventos Subsequentes, em 24 de janeiro de 2018 a Companhia ingressou com pedido de Recuperação Judicial, deferido pela Justiça do Estado de Santa Catarina no dia 25 de janeiro de 2018. Dessa forma, a continuidade das operações fica sujeita a elaboração, aprovação e cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a ser entregue pela Companhia em 60 dias a partir da data do deferimento mencionado. Atualmente a Administração da Companhia trabalha para elaboração do referido plano, com o intuito de estabelecer um fluxo de caixa capaz de permitir o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia e de sua Controlada. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

ÊNFASE

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, até 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantinha registrado na rubrica Parcelamento de Tributos ("INSS") os montantes de R\$4.417 mil e R\$4.476 mil, na Companhia e Consolidado, respectivamente. No último trimestre de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, foram reconhecidos os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, e os referidos débitos foram integralmente liquidados com a utilização de prejuízos fiscais. Entretanto, até o presente momento, os referidos débitos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Estoques, custos e operações de fomento com produtores

Porque é um “PAA”

Conforme descrito nas notas explicativas nº7 e 9, a Companhia e sua controlada possuem saldos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativos a “Estoques de produtos em formação” e “Adiantamentos a fornecedores rurais”, respectivamente. Os “Estoques em formação” são compostos, substancialmente, dos custos em formação da safra de maçãs próprias, acrescidos dos custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), enquanto os “Adiantamentos a fornecedores”, são compostos por adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia e sua controlada possuem contratos de fomento para a preparação da safra.

Considerando a relevância dos montantes registrados e movimentados ao longo do exercício, consideramos essas áreas como um dos focos de nossa auditoria, uma vez que, o registro e a valorização dessas operações podem impactar diretamente o custo dos produtos vendidos, e consequentemente o resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes documentais dos gastos capitalizados em ambas as rubricas contábeis, testes de valorização dos estoques, testes de revisão do custo médio, avaliação da necessidade de constituição de provisões para perdas, exame dos contratos junto aos produtores fomentados, exame documental e financeiro das movimentações junto aos produtores fomentados.

Não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessárias modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA

Porque é um “PAA”

A Companhia possui dívidas renegociadas por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, no valor de R\$90.113 mil em 31 de dezembro de 2017, sendo que, o referido programa condiciona à aquisição de Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”), por parte dos devedores, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, cujos valores contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 somam R\$66.672mil, o que resulta em um descasamento de R\$23.441mil.

Consideramos a rubrica de “Financiamentos - PESA”, nota explicativa nº18, como de extrema relevância para auditoria, pois a correta valorização, contabilização e apresentação dos passivos e ativos envolvidos nessa operação, depende de uma correta aplicação das premissas de atualização, bem como pela utilização de documentação hábil e atualizada por parte da administração da Companhia e das instituições financeiras, para proceder aos devidos registros contábeis. A mensuração incorreta desses ativos e passivos poderia distorcer de forma significativa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção e análise dos extratos bancários, envio de cartas de circularização, revisão dos cálculos relativos ao reconhecimento do valor temporal dos Certificados do Tesouro Nacional (“CTN”) e respectivos juros PESA, revisão e recálculo das receitas e despesas financeiras oriundas da contabilização dessa operação ao longo do exercício, e revisão dos passivos tributários originados a partir dessa operação.

Exceto quanto ao assunto mencionado na seção “base para opinião com ressalva”, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação dos valores dos ativos e passivos vinculados aos Financiamentos - PESA, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Renegociação com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”)

Porque é um “PAA”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu o processo de renegociação junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE"), referente às suas dívidas e da sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S.A. ("Pomifrai").

Conforme negociação efetuada entre as partes, cujos termos encontram-se devidamente divulgados na nota explicativa nº 17, houve uma série de mudanças em relação ao valor da dívida, prazo de vencimento, bens oferecidos em garantia, além da alienação fiduciária de imóveis da Companhia como forma de quitação de parcela substancial de referido passivo.

Devido à representatividade dos valores envolvidos na repactuação dessa dívida, bem como em decorrência das diversas variáveis que envolveram essa negociação, eventuais falhas nos controles internos da Companhia, bem como na correta interpretação e registro contábil dessa operação, poderiam ocasionar distorções relevantes nos saldos contábeis, assim como a ausência de divulgação de informações relevantes dessa operação aos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o envio de cartas de circularização, confronto dos saldos contábeis com os respectivos extratos de empréstimos, entendimentos sobre eventuais novas repactuações da dívida, análise dos pagamentos realizados no período e do devido reconhecimento dos juros no resultado do exercício.

Exceto quanto ao assunto mencionado na seção "base para opinião com ressalva", não identificamos aspectos que nos levassem a considerar necessárias modificações relevantes nos valores e informações divulgadas nas demonstrações financeiras, que se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA (PAA) – CONTINUAÇÃO

Provisão para passivos contingentes

Porque é um "PAA"

De acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia registra provisão para contingências com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada "provável". Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis, sendo que os processos com expectativa de perda considerada como "possível" são apenas divulgados nas notas explicativas, conforme requerido pela supramencionada norma.

A Companhia e sua controlada apresentam passivos contingentes decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Além disso, e conforme divulgado na nota explicativa nº 31, a Companhia está vinculada a 2 (duas) arbitragens na Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Adicionalmente, além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Nesse contexto, consideramos essa uma área como relevante para auditoria, visto que os passivos atualmente registrados pela Companhia poderiam não ser suficientes para cobrir eventuais perdas nas referidas discussões.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação (circularização) junto aos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos judiciais em andamento, com as posições determinadas pela Administração da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração e assessores jurídicos para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e encontram-se de acordo com o requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas, cujo relatório emitido em 24 de março de 2017, continha parágrafo de ênfase com relação à reapresentação dos saldos comparativos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS – CONTINUAÇÃO

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fraiburgo, 20 de março de 2018

Ricardo José Patine Filho

Sócio Diretor

CRC 1SP252050/O-9

Verdus Auditores Independentes

CRC 2SP027296/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

POMI FRUTAS S.A.(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Composição da Diretoria

Marcos Kassardjian Diretor

Luis Antonio López Quintañs Diretor de relações com investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

POMI FRUTAS S.A.(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ Nº 86.550.951/0001-50

NIRE Nº 42.300.010.456

FRAIBURGO – SANTA CATARINA

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Senhores Acionistas,

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, os Diretores da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da Pomi Frutas S/A; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independente relativo às demonstrações financeiras consolidadas acima referidas.

Marcos Kassardjian Diretor

Luis Antonio López Quintañs Diretor de relações com investidores

Miranda Joana Comerlatto Contadora / CRC 026972/O-0